

# Do cânone às práticas tradutórias na comunidade surda: um olhar a partir de experiências no contexto da Libras

*From the canon to translation practices in the deaf community: an overview from experiences in the context of Libras*

Audrei Gesser

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão inicial sobre os percursos da interpretação e da tradução na comunidade surda que ganham visibilidade científica e profissional a partir da formação do bacharel em Letras Libras, culminando na pós-graduação. Mais especificamente, sobre algumas práticas observadas e articuladas no bojo acadêmico com/para a comunidade surda que inauguram novas elaborações teórico-metodológicas. Desenha-se um movimento *da margem para o centro*, e uma particular ordem nos fazeres tradutórios é configurada. Essas aberturas e possibilidades ocorrem no (contra)fluxo do cânone tradutório: ora reforçando a manutenção das estruturas epistemológicas do campo dos Estudos da Tradução, ora reformulando os modos de tradução e interpretação na/para língua de sinais em consonância com as demandas e aportes tecnológicos em que tais práticas são exercidas.

**Palavras-chave:** *Tradução e Interpretação; Comunidade Surda; Língua Brasileira de Sinais.*

## ABSTRACT

This article provides an initial reflection on the paths of interpretation and translation in the deaf community that gain scientific and professional visibility by the educational training of the bachelor's degree in Libras, culminating in postgraduate studies. More specifically, we deal with some practices observed and articulated in the academic field with/for the deaf community that inaugurate new theoretical-methodological elaborations. A movement is going on – *from the margin to the center* –, and a new order in translation activities is configured. These openings and possibilities occur in the (counter)flow of the translation canon: sometimes reinforcing the maintenance of epistemological structures in the field of Translation Studies, sometimes reformulating

translation and interpretive ways in/into sign language in line with the demands and technological contributions in which such practices are done.

**Keywords:** *Translation and Interpretation; Deaf Community; Brazilian Sign Language.*

A tradução – no sentido amplo do termo – é uma atividade humana que sempre existiu. Sua história é vasta e inesgotável, pois pode ser descrita e compreendida à medida que a situamos em um contexto histórico-discursivo. Não é inequívoco, portanto, atribuir à tradução sua extrema relevância e opulência. De modo peculiar, as traduções têm contribuído no aperfeiçoamento cultural, intelectual e social da humanidade. Um exemplo notável é como a tradução opera vínculos de interação e trocas de conhecimento entre sociedades em que o linguístico é uma barreira ou ainda, uma limitação (DESLILE & WOODSWORTH, 1998).

Deriva-se daí que, no trânsito entre línguas e culturas distintas, a tradução contribua tanto para o desenvolvimento das línguas e o conhecimento de sua evolução, mas também potencialmente para uma leitura das relações de poder: como nessas dinâmicas são estabelecidas as forças e as tensões? Pois o poder, “sempre se exerce em determinada direção com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2003, p. 75). Em última análise, discorrer sobre a

tradução é, portanto, uma forma de tratar questões políticas, econômicas e sociais (VENUTI, 1992; BLUME & PETERLE, 2013).

Então, no âmbito desses apontamentos, não se podem perder de vista as tradições e os agenciamentos do campo, por vezes pensados de um modo colonizador, centralizador e hierarquizado. Afinal, a tradução não ocorre entre duas línguas ou culturas ou literaturas distintas, mas entre múltiplos discursos e discursividades, que operam de modo competitivo e são assimetricamente regulados, a partir dos locais e sujeitos que os legitimam. Cronin (1995), por exemplo, reitera que os estudos da tradução em sua via disciplinar, “(...) raramente refletem sobre o seu próprio preconceito linguístico majoritário, incorporado nas estruturas de disseminação disciplinar do conhecimento” (CRONIN, 1995, p. 103).<sup>1</sup>

O cânone é abundante e prolífero. Os preceitos, gostos e preferências das instituições vigentes (como locais disseminadores de saberes e fazeres), todavia, reforçam a manutenção das estruturas em que se respira, se produz e se consome, prioritariamente, nas *línguas majoritárias de prestígio* – estas com o privilégio de fazer circular o conhecimento científico. Daí que não é possível falar de políticas de tradução sem abordar as políticas linguísticas. (SPIVAK, 1988, 1992; CRONIN, 1995; RAJAGOPALAN, 2000; TYMOCZKO, 2007; MEYLAERTS, 2010).

O caso das línguas minoritárias – de imigrantes, de refugiados, de fronteiras, de indígenas e dos surdos, por exemplo –, são realidades linguísticas antigas, porém prementes nas articulações da vida em sociedade. É urgente, portanto, termos um olhar sensível para os desafios e vivências que se inscrevem nessas comunidades de fala. Sobretudo se considerarmos um mundo cada vez mais conectado e interligado, em consonância com a vitalidade inerente das línguas em movimento e com suas relações híbridas em termos tradutórios-interpretativos:

As línguas minoritárias não são apenas essenciais para uma diversidade que sustenta o frágil ecossistema da cultura humana, mas também levantam questões que estão no cerne dos estudos de tradução como uma área de investigação intelectual. (CRONIN, 1995, p. 103).<sup>2</sup>

Vale ressaltar que não tem sido por falta de empenho e de interesse, afinal, uma rápida olhada para as investigações, teses e dissertações acadêmicas já nos dá o tom – em volume e presença – das discursividades e temáticas articuladas de modo renovado e “descentralizado”, seja em termos

1 No original: “(...) translation studies as a discipline rarely reflects on its own majority language bias, embedded in the structures of the disciplinary dissemination of knowledge”. (CRONIN, 1995, p. 103).

2 No original: “Minority languages are not only essential to a diversity that sustains the fragile ecosystem of human culture but they also raise questions that lie at the heart of translation studies as an area of intellectual inquiry”. (CRONIN, 1995, p. 103).

políticos, metodológicos e/ou teóricos.<sup>3</sup> Então, com o objetivo de trazer para a cena algum nível de problematização, importa situar que essa discussão é permeada pelas experiências oriundas do contexto da língua brasileira de sinais; mais especificamente, sobre as práticas tradutórias e interpretativas articuladas no bojo acadêmico com/para a comunidade surda. Trata-se da inauguração de elaborações teórico-metodológicas que surgem da *margem* para o *centro*, reconfigurando uma nova ordem no fazer tradutório.

### A insurgência da *interpretação* no mapa disciplinar

Se somente por volta da segunda metade do século XX o campo dos Estudos da Tradução passou a ser visto como um *contexto disciplinar institucionalizado*, a partir da investida teórica da atividade de tradução defendida como ciência por James S. Holmes, no Congresso de Linguística Aplicada, em Estocolmo no ano de 1972<sup>4</sup>, o mesmo não aconteceu com a atividade de interpretação. Esta ganhou estatuto científico próprio posteriormente, e após vários desenhos foi então situada como um subcampo da denominação geral *Estudos da Tradução*, conforme mapeamento de Williams & Chesterman, em 2002, em seu famoso livro *The Map*. No esquema – diga-se, elaborado numa posição geopolítica particular e construído com a tecnologia da escrita –, os autores fizeram uma divisão em 12 áreas, das quais a área de Interpretação foi então contemplada.<sup>5</sup> Curioso a respeito é o tópico criado e intitulado como “Tipos Especiais de Interpretação”, em que se considerou a interpretação de línguas de sinais e interpretação para surdos (VASCONCELLOS & BARTHOLAMEI, 2008). Embora com um repertório mais amplo de interesses disciplinares, e que reverberam em desenvolvimentos recentes, esse reconhecimento tardio no mapeamento, e também marginal no tocante à atividade interpretativa para surdos e com a língua de sinais, desdobra-se em outras reflexões e demandas circunscritas às necessidades da própria comunidade surda.

3 No caso das comunidades surdas e da língua de sinais, trata-se de uma área com suas políticas em construção: tanto na legitimação linguística, cultural, social, educacional (SKLIAR, 1998; GESSER, 1999; 2009) como na formação profissional de surdos e ouvintes que atuam ou demandam a tradução e a interpretação da Libras (SANTOS, 2010; RODRIGUES & BEER, 2015). Vários são os autores que discorrem historicamente, e há uma unanimidade em dizer que o divisor de águas para o avanço das demais conquistas foi a importância da Lei de Libras 10.436/2002, do Decreto 5.626/2005 e da Lei nº 12.319 que regulamenta a profissão do tradutor e intérprete de Libras-Português. (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005).

4 Conforme Vasconcellos & Bartholamei (2008, p. 04) trata-se de um texto referendado pela comunidade acadêmica como “fundacional”. “The name and nature of Translation Studies” [O nome e a natureza dos Estudos da Tradução], foi publicado em 1988, ou seja, 16 anos depois da apresentação oral no Congresso.

5 Na prática, a interpretação (ou *tradução oral*) sempre ocupou a dianteira enquanto atividade humana, seja por questões de contatos linguísticos seja como ofício institucionalizado entre línguas orais. Silva-Reis e Bagno (2016, p. 85), por exemplo, fazem um traçado entre dois primeiros quatro séculos de história da interpretação entre línguas orais no Brasil (do XV ao XIX), destacando a importância dos intérpretes na formação histórica do país.

De modo objetivo, e para situar o contexto em tela, podemos dizer que a interpretação da língua brasileira de sinais em termos *científicos*, portanto, começa a ganhar sua visibilidade com a formação pioneira dos Cursos em Letras Libras no formato EaD, nos anos de 2008<sup>6</sup>. À época incipiente e colada nos saberes instituídos no contexto acadêmico, a interpretação para surdos no Brasil é uma história de longa data, tangenciada tanto pelas políticas de reconhecimento da Libras como língua de direito da comunidade surda<sup>7</sup>, mas também pelas exigências e demandas da profissionalização do ofício do intérprete de Libras. Em muitos aspectos, lutas e pesquisas avançaram desde então. Uma ilustração é o processo de deslocamento da imagem dos profissionais dentro e fora da comunidade (MARTINS & NASCIMENTO, 2015). Por vários anos, sua atuação esteve sintomaticamente atrelada ao assistencialismo, imperando a tradição paternalista, onde o intérprete ouvinte era geralmente visto como caridoso e sujeito de “boa alma”, predestinado, e de genuínas intenções.<sup>8</sup> (PEREIRA, 2008).

Ainda que se trabalhe com tradução *stricto sensu* na formação do bacharel em Letras Libras, as articulações e fazeres, pelo menos em um primeiro momento do curso, operavam em torno de demandas *interpretativas*. Isto porque, no tocante ao trabalho com surdos, as necessidades estavam voltadas primordialmente para as urgências e demandas da escolarização e de seus respectivos contextos discursivos nas *oralidades* do par linguístico Português-Língua de Sinais, e vice-versa. Ou seja, um trabalho cotidiano comunitário em situações de interações face-a-face, que operava, sobretudo, nas famílias, igrejas e escolas (GESSER, 1999; LACERDA, 2000; SANTOS, 2010). Esses indivíduos eram chamados no interior da comunidade surda, por exemplo, de “intérpretes”. Não à toa, essa nomeação abreviada – que inclusive perdura – também diz muito a respeito do fazer primordial interpretativo em comunidades minoritárias sem tradição de escrita. O que nos leva à discussão sobre as denominações nos contextos de interpretação na comunidade surda articulados academicamente.

6 A Universidade Federal de Santa Catarina lançou cursos em Letras Libras, com um projeto financiado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com outras instituições públicas, somando-se 15 polos: a formação para o bacharel tradutor-intérprete foi criada em 2008 na modalidade EaD. Essa iniciativa desdobrou-se em outros centros universitários pelo país. Desde então, a UFSC oferta a formação nas modalidades presencial e a distância.

7 A história da educação dos surdos pontua as políticas de imposição e assimilação do português e exclusão das línguas de sinais. Atualmente, os direitos linguísticos assegurados em Decretos e Leis dão à comunidade surda, por exemplo, amparos e garantias educacionais e sociais (GESSER, 2009).

8 Vale reforçar que a dinâmica com intérpretes sendo contratados para atuar nos variados espaços – sobretudo os escolares – não se deu e não se dá de forma pacífica e clara para todas as partes envolvidas. Há ainda falta de compreensão (ou vontade!) dos gestores e elaboradores de políticas, que definem a forma da contratação ou exigências em editais: desconhecem ou não reconhecem a habilitação e atuação devida, muitas vezes confundindo o perfil do licenciado com o do bacharel em Letras Libras.

Num rápido olhar pela literatura sobre as atuações interpretativas que contemplam as línguas de sinais, evidencia-se a configuração de dois grandes âmbitos de trabalho, denominados, *contexto de conferência* e *contexto comunitário* (PEREIRA, 2008, 2015; RODRIGUES, 2010; RODRIGUES & BEER, 2015). Sobre este último contexto, é observável também uma proliferação terminológica, com vários termos cunhados por diferentes autores. De forma sumária, trata-se, respectivamente, de contextos de caráter internacional e intrassocial, que estão agrupados conforme as características e escopo que lhe são particulares. A partir do embasamento de alguns pesquisadores internacionais<sup>9</sup>, Rodrigues & Beer (2015) distinguem as duas esferas interpretativas, apontando a relevância da discussão no tocante à língua brasileira de sinais. Destacam a proeminência da interpretação comunitária sobre as atuações em conferência – estas consideradas de grande prestígio e realizadas para grandes públicos, esporadicamente, num formato monológico. A interpretação comunitária, por sua vez, tem caráter dialógico, e é realizada mais rotineiramente, ocorrendo no âmbito público, “com o intuito de facilitar a comunicação dos não falantes da língua oficial do país, e o seu consequente acesso aos provedores de serviços, tais como a educação, a saúde e os contextos legais” (RODRIGUES, 2010, p. 05).

Instrutivo a este respeito é o resumo em Pereira (2008), que ilustra alguns de seus principais traços (SCHJOLDAGER, 1997 *apud* PEREIRA, 2008, p. 59-58). Assim, compreende-se na *interpretação interlingual comunitária*: a) um interlocutor da cultura majoritária e outro da minoritária; b) uma relação social de poder atribuída ao membro da cultura majoritária, desdobrando-se dessa relação estatutos sociais assimétricos (a posição de maioria falando de uma instituição legitimada e a da minoria atuando em seu próprio interesse); e com efeito, c) os interlocutores da cultura majoritária se valendo de linguagem formal e profissional, ao passo que os interlocutores da minoria uma linguagem coloquial: portanto, um uso mais informal.

Diante das breves acepções acima, reconhece-se que o contexto da interpretação para/com surdos, que transita entre modalidades orais, sinalizadas e/ou escritas de duas (ou mais línguas), conta com um campo amplo, diversificado e complexo de atuação do profissional. E, no trânsito interpretativo, são espaços possíveis: familiares, educacionais, científicos, artísticos, hospitalares, legais, religiosos, midiáticos, empresariais, turísticos, públicos, de entretenimento, e tantos outros. Ao fim e ao cabo, cabe então o questionamento: quais as armadilhas e dilemas da *interpretação comunitária* que perpassam o contexto da minoria surda, em termos atuais?

Em primeiro lugar, há que se considerar o enorme desafio da formação especializada em seus termos, e, com efeito, a importância do devido

9 WADENSJÖ (1998); GILE, (1998); PÖCHHACKER, (2009).

reconhecimento profissional na sociedade em que o profissional atua. Não se pode olhar para o intérprete de Libras como aquele que faz uma atividade menor, desqualificada, no enquadramento exclusivo do voluntariado. A compreensão da sociedade majoritária ouvinte sobre assuntos relacionados aos surdos vem mudando, mas ainda impera muito desconhecimento nas esferas de poder e nos espaços que demandam o serviço, para além da academia. Ou seja, quando se contratam intérpretes, ao que parece, qualquer formação alternativa ou solução paliativa basta, infelizmente.

É justamente a natureza da atividade, cujas denominações sinônimas à interpretação comunitária (social, intercultural, de contato, de auxílio...) decorrem de percepções, histórias e ideologias distintas, que pode enviesar nosso olhar. Eis a armadilha! Não é um problema *a priori* da diversidade terminológica em si, mas da aderência dos usos sociais nebulosos correspondentes que ocorrem em conjunção com as ambiguidades ontológicas e tensões epistemológicas. Proliferam e se sobrepõem a partir daí estratégias de cunho político, bem como embaraços nas formas e prerrogativas de desempenho do intérprete comunitário. Outras expectativas contribuem para a manutenção da situação; isto é, a visão social sobre os intérpretes como “sujeitos especiais e comprometidos” por parte de quem os contrata, atribuindo-lhes tarefas e papéis que não cabem no escopo de sua atuação profissional face-a-face. O conflito se instaura e a equação não fecha. Pode-se deduzir que esse descompasso (ou desajuste) se dê graças a pelo menos três discursos pré-concebidos e co-construídos socialmente: 1) que *ser bilíngue* é suficiente, e equivale a ser intérprete; 2) que interpretação de “verdade” corresponde à literalidade e à fidelidade; 3) que intérprete de surdos é sinônimo de defensor-protetor-guardião. Não é preciso argumentar ou predizer as implicações perversas de cada uma das visões acima no campo de atuação, quando não problematizadas e partilhadas como ideais normativos. Talvez seja a razão pela qual, em termos investigativos e científicos, “questões deontológicas e definições de papéis destacam-se nas preocupações dos intérpretes de línguas de sinais” (PÖCHHACKER & SHLESINGER, 2002, p. 344).

### **A intermodalidade e a intermidialidade nas práticas tradutórias em língua de sinais**

Até aqui, vimos que no caso dos intérpretes de línguas de sinais no Brasil, a atividade da tradução e sua articulação teórica específica é posterior à prática da interpretação em contextos comunitários (sobretudo quando se retrocede o panorama na linha do tempo e se consideram os trabalhos interpretativos realizados empiricamente, muitos dos quais sem registro).<sup>10</sup> Ao

<sup>10</sup> Embora as produções acadêmicas em torno da Libras datem em torno da década de oitenta, conforme Pereira (2010), no tocante à *tradução*, observa-se essa inauguração ocorrendo somente na década de 90, por exemplo, com a dissertação de mestrado de Clélia

que tudo indica, portanto, a *tradução de/para língua de sinais* foi amplamente visibilizada e cientificamente operacionalizada e discutida no âmbito curricular com a formação do tradutor-intérprete em Letras-Libras e em pós-graduações, “pegando carona” nos preceitos e categorias técnicas do campo dos Estudos da Tradução. Tendo, por exemplo, o *SignWriting* como sistema de representação<sup>11</sup>, inserido como disciplina no currículo da graduação, observa-se a promoção de aberturas e perspectivas promissoras no trabalho de tradução com/para a escrita de sinais. Entretanto, há muito ainda por se fazer, pois há bem menos produções do que o desejável, talvez em função das poucas pessoas que usam a escrita de sinais com segurança e fluência.<sup>12</sup>

Paralelamente, as traduções que contemplam a modalidade oral da Libras foram tomando *corpo*, sobretudo com os avanços tecnológicos digitais e seu fácil acesso de consumo e divulgação.<sup>13</sup> Desdobram-se deste cenário em ampla expansão investigativa modalidades interconectadas e/ou híbridas entre traduções escritas e não-escritas e interpretações faladas e/ou sinalizadas; entre mídias, formatos e suportes outrora inexistentes ou pouco recorrentes: como é o caso expressivo da tradução em vídeo-registro na Libras (ROSSO & OLIVEIRA, 2012; CARDOSO, 2016). Neste escopo em que se faz uma história em tradução oral sinalizada, dois fenômenos merecem atenção: a *intermodalidade* e a *intermidialidade*. Ambas ocorrem com elevada frequência nos fazeres tradutórios e interpretativos com línguas de sinais.

Em relação à intermodalidade, como o próprio nome sugere, lida-se com línguas de modalidades distintas (vocal-auditiva e gestual-visual) no processo tradutório-interpretativo (PADDEN, 2000).<sup>14</sup> Deste modo, quando a modalidade em tela é a oralidade da Libras (e não de seu sistema de escrita), tanto como língua de partida e/ou de chegada, teremos uma produção performática com o corpo sinalizante encenado no vídeo, e este como suporte de registro da tradução. (QUADROS & SOUZA, 2008). Diferente de traduções em pares linguísticos escritos, a “(corp)oralidade” salta aos olhos no caso em questão, e escancara a ignorância ouvinte e as limitações do conhecimento científico tradicionalmente centrado no fonema e na escrita gráfica:

---

Regina Ramos, intitulada *Língua de Sinais e Literatura: uma proposta de trabalho de tradução cultural*, defendida em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

11 Registro de modo gráfico e esquemático das unidades gestuais fundamentais, suas propriedades e relações, na mesma intenção que se faz com o alfabeto das línguas orais. O *SignWriting* pode registrar qualquer língua de sinais do mundo. (STUMPF, 2005, p. 51-52).

12 O desenvolvimento é paulatino, bem como nos usos sociais e de práticas de letramento com os surdos. Talvez por essa razão, em termos tradutórios encontremos pouquíssimas produções neste sentido. Para uma compreensão mais detalhada do sistema da escrita, ver Stumpf (2005).

13 No Brasil, em termos missionário-religiosos, um caso à parte é liderado por Testemunhas de Jeová. Em 2006, iniciou-se o trabalho da tradução da Bíblia em Libras, e desde então, levou longos 16 anos para ficar pronta. Para mais detalhes ver o site em <https://www.jw.org/pt/ajuda-online/jw-library-sign-language/>.

14 Uma aprofundada discussão aparece com mais detalhes e exemplos em Rodrigues e Santos (2018).

O próprio termo “oralidade” já não reflete mais nossa compreensão do fenômeno: ao cunhar o oxímoro “oralidade visual”, revelamos o caminho torto pelo qual andamos. Acredito que uma das lições sobre a língua (e sobre a vida comunitária) que os surdos estão podendo nos ensinar é a natureza essencialmente corporal da interação com que construímos nossos mundos. Pelo caminho da linguística, pelo desvio da escrita e pelas análises abstratas da sonoridade das línguas orais, havia se perdido o elo da língua com nossa corporalidade (MCCLEARY, 2000, p. 676).

Em relação à intermedialidade, sua contundência é efeito das transformações na contemporaneidade, que acolhem diversas formas de ser; de vivências e experiências, e que se dão por intermédio da linguagem, reverberando em novas formas de expressão. Por conta disto, as possibilidades interacionais e comunicacionais são ampliadas em diversas sociedades, mas na comunidade surda as práticas tradutório-interpretativas retroalimentam um ambiente profícuo de produções. E, neste sentido, a categoria analítica de Rajewsky (2012) pode ser útil para a reflexão que se pretende realizar aqui. O autor aponta que *a intermedialidade, no sentido mais restrito de referências intermediárias*, corresponde às

(...) estratégias de constituição de sentido que contribuem para a significação total do produto: este usa seus próprios meios, seja para se referir a uma obra individual específica produzida em outra mídia, seja para se referir a um subsistema midiático específico, ou a outra mídia como sistema. Esse produto, então, se constitui parcial ou totalmente em relação à obra, sistema ou subsistema a que se refere. (RAJEWSKY, 2012, p. 25).

Aqui se extrapola a compreensão da intermedialidade apenas como conjunto de formas de transposição ou combinações de mídias enquanto “co-presença” – ainda que perpassem os fazeres tradutórios da Libras e interessem também, a tônica é um algo *além, de superação* – uma espécie de evocação ou simulação de certos aspectos, técnicas ou parâmetros de outra mídia, valendo-se de seus próprios caminhos, estratégias e aparatos pertinentes para sua confecção (RAJEWSKY, 2012).

### Considerações finais

As delimitações, classificações, tipologias ou mesmo os anseios por mapeamentos dentro de um campo que precisa se legitimar podem até ter sua utilidade e algum tipo de inspiração didática, mas, em última instância sempre

ofuscam ou escamoteiam outras realidades ou fenômenos espontâneos. A crítica abaixo, feita por um sociolinguista, é pensada para a área da linguística, mas não se restringe a ela. O lembrete é sempre válido, e pode ser extrapolado para quaisquer que sejam os campos teóricos em que grupos minoritários estão inseridos:

É curioso que a linguística tenha tido um papel crucial no estabelecimento da nova consciência surda, já que foi justamente a linguística, através da sua tradição calcada no estudo de textos escritos e, posteriormente, no estudo preferencial das línguas orais (dentro da ideologia do sistema linguístico normativo), que ajudou a criar um clima intelectual em que uma língua de sinais não podia ser concebida como língua digna do ser humano. A própria oralidade, no sentido de uso vivo e espontâneo de línguas naturais na constituição da sociedade e dos seus sujeitos, sofreu o mesmo processo de marginalização e redescobrimto. **Nosso conceito de oralidade, que só chegamos a formar através de uma longa experiência com a não-oralidade, através de cinco mil anos de convivência com a escrita, é uma construção marcada pelo preconceito.** (MCCLEARY, 2000, p. 676). [Ênfase minha].

Os fazeres e dizeres ordinários e/ou acadêmicos que contemplam a língua brasileira de sinais são, por vezes, contraditórios, e ocorrem em (contra) fluxo aos sistemas tradutórios normativos. Ciente ou não dos papéis políticos que ocupa nas ciências hegemônicas, a busca da comunidade surda por legitimação e visibilidade acadêmica e científica não deve ser entendida apenas como um reconhecimento que passa pelo registro nominativo da “*tradução em língua de sinais*”. As acepções precisam constantemente de redefinições e alargamentos conceituais, no sentido de acolhimento e alinhamento *àquilo que faz sentido para quem faz e usa*. Uma história da *tradução oral sinalizada* pode representar uma entre tantas mudanças e quebras de paradigmas: nas dinâmicas materiais (ao fazer circular um texto em uma língua, modalidade, formato e suporte não canônicos) e, nas simbólicas (ao ter a opção de escolhas teóricas e decisões quanto à forma, ao tema e ao conteúdo que se apresentam ao tradutor). A exemplo de como a ciência trava longas batalhas às voltas do “conhecimento perdido”, MCLearly (2000, pp. 675-676) ilustra bem a questão:

Um caso é a própria história, que, construída com a tecnologia da escrita, ajudou a estabelecer o “senso comum” de que a história é o domínio daqueles que constroem seu mundo com base em textos escritos. Recentemente, apoiada pelas tecnologias da gravação em áudio e vídeo, **a história oral volta a valorizar a história daqueles que constroem seu mundo oralmente, à maneira milenar da espécie.** (MCLEARLY, 2000, pp. 675-676). [Ênfase minha].

A. GESSER  
*Do cânone às  
práticas tradutórias  
na comunidade  
surda: um olhar  
a partir de  
experiências no  
contexto da Libras*

Neste ato de concluir, é oportuno retomar a ideia de Walter Benjamin, quando diz que traduzir é dar sobrevida; é renovar, é reviver – uma vivência que continua *por meio de* ou *através de*, ela então *pervive*: partimos de um lugar específico, mas simultaneamente temos a capacidade, a possibilidade e, sobretudo, a responsabilidade de transformá-lo, transformando sua aparência não numa listagem de regramentos fixos, predestinados, mas numa *cena aberta*, em fluxo, cujas leituras ou interpretações, práticas e saberes se apresentam em múltiplas direções possíveis, para fazermos a escolha da roupa conceitual que nos sirva, a cada fase, em nossa mirada e em nosso crescimento.

## Referências

BENJAMIN, W. A Tarefa do Tradutor. Tradução de Susana Kampff Lages. In: HEIDERMAN, W. (Org.). Clássicos da teoria da tradução, v. 1, Alemão-Português, 2ª ed. revisada e ampliada. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010, pp. 201-231. Antologia bilíngue.

BLUME, R. F.; PETERLE, P. (2013). (Orgs.), Tradução e Relações de Poder. Copiart: PGET/UFSC, 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 2010.

CARDOSO, A. B. R. Vídeo registro em Libras: uma proposta ao pensamento original dos surdos. Dissertação de mestrado. UFSC, PGET, 2016.

100 CRONIN, M. Altered States: Translation and Minority Languages. TTR, 8(1), 85–103, 1995.

DELISLE, J. & WOODSWORTH, J. (Orgs). Os Tradutores na História. São Paulo, Editora Ática, Tradução Sérgio Bath, pp. 359, 1998.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2003.

GESSER, A. Teaching and learning brazilian sign language as a foreign language: a microethnographic description. Dissertação de mestrado. UFSC, PGI, 1999.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GILE, D. Conference and simultaneous interpreting. In: BAKER, M. (Org.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. Londres e Nova York: Routledge, p. 40-45. 1998.

LACERDA, C. B. F. de. "O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão". In: LACERDA, C.B.F.de; GÓES, M.C.R. de (Orgs.). Surdez: Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, p. 51-84, 2000.

MARQUES, R. R.; [OLIVEIRA, J. S.](#) A Normatização de artigos acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. In: III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, Florianópolis, 2012.

MARTINS, V.; NASCIMENTO, V. Da formação comunitária à formação universitária (e vice-versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais no contexto brasileiro. Cad. Trad., Florianópolis, p. 78-112, Jul-dez. 2015.

McCLEARY, L. E. Oralidade visual: Implicações para a história oral. In: ATAIDE, Y. D. B. (Org.). Do oral ao escrito: 500 anos de história do Brasil. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (Eduneb), p. 672-681, 2000.

MEYLAERTS, R. Translation policy. In: GAMBIER, Y., van DOORSLAER, L. Handbook of translation studies online (Eds.). Holanda: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 163-168, 2010.

PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngüe: as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cad. Trad., XXI, Florianópolis, v. 1, p. 135-156, 2008.

PEREIRA, M. C. P. Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. Cad. Trad., Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 99-117, out. 2010.

PÖCHHACKER, F. Issues in Interpreting Studies. In: MUNDAY, J. The Routledge Companion to Translation Studies. London: Routledge, p. 128-140, 2009.

PÖCHHACKER, F.; SHLESINGER, M. The Interpreting Studies Reader. Londres: Routledge, 2002.

QUADROS, R. M.; SOUZA, S. X. Aspectos da tradução/ encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras-Libras. In: QUADROS, R. M. de. (Org.). Estudos Surdos III. Rio de Janeiro: Arara-Azul, p. 168-207, 2008.

RAJAGOPALAN, K. Pós-modernidade e a tradução como subversão. Anais do VII Encontro Nacional de Tradutores. I Encontro Internacional de

Tradutores, 2000. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sitesint/abrapt/>>.

RAJEWSKY, I. Intermedialidade, Intertextualidade e “Remediação”: uma perspectiva literária sobre a intermedialidade. Tradução de Thaís Flores Nogueira Diniz e Eliana Lourenço de Lima Reis. In: Diniz, T.F.N. Intermedialidade e Estudos Interartes: desafios da arte contemporânea. Belo Horizonte, UFMG, p. 15-46, 2012.

RODRIGUES, C. H. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: Desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, II, 2010.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 17-45, jul-dez. 2015.

RODRIGUES, C.; SANTOS, S. A. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos. Tradução em Revista, PUC/Rio de Janeiro, n.24, p. 1-29, 2018.

SANTOS, S. A. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. Cad. Trad., Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010.

102 SILVA-REIS, D.; BAGNO, M. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. Cad. Trad., Florianópolis, v. 36, nº 3, p. 81-108, set.-dez. 2016.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Org.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstroke: Macmillan Education, p. 271-313, 1988.

SPIVACK, G. C. The Politics of Translation. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Orgs.). *Destabilizing Theory*, Oxford: Polity Press, p. 177-200, 1992.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

STUMPF, M. R. Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais Pelo Sistema Signwriting: Línguas de Sinais no Papel e no Computador. Tese (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Informática na Educação, UFRGS, 2005.

TYMOCZKO, M. *Enlarging translation, empowering translators*. Manchester:

A. GESSER  
*Do cânone às  
práticas tradutórias  
na comunidade  
surda: um olhar  
a partir de  
experiências no  
contexto da Libras*

St. Jerome, 2007.

VASCONCELLOS, M. L.; BARTHOLAMEI, L. J. Estudos da Tradução I. Material desenvolvido para o Curso de Letras Libras EaD. UFSC, 2008. ISBN: 978-85- 60522-19-4.

VENUTI, L. (Org.). Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology. London and New York: Routledge, 1992.

WADENSJÖ, C. Community Interpreting. In: BAKER, M. (Org.). Routledge encyclopedia of translation studies. Londres e Nova York: Routledge, p. 33-37, 1998.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN. A. The Map: a beginner's guide to doing research in Translation Studies, Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.